



CÂMARA DOS DEPUTADOS

P	PEN	SADO	os	
				_

Em: ___/__/

AUTOR:			N° DE ORIGEM:			
(DO SR. AIRTON	CASCAVELY		52 51,152,111			
(DO SIX. AIIX TOTA	CHOCHVEL)					
EMENTA: Concede benefício	s fiscais aos deficie	ntes físicos.				
DESPACHO:						
NAME AND DESCRIPTION OF THE PARTY.	AO PROJETO DE LEI № 4.	436, DE 1998)				
AO ARQUIVO, EM						
DECIME DE TE	AMITAÇÃO		DDA70 DE EME	NDAC		
REGIME DE TRAMITAÇÃO		00111007	PRAZO DE EME	NDAS		
COMISSÃO	DATA/ENTRADA	COMISSÃ	O INÍCIO		TÉRN	IINO
	/ /			-	1	/
					/	1
					1	1
						/
					/	
	DISTRIBU	IICÃO / REDIST	RIBUIÇÃO / VISTA			
A(o) Sr(a). Deputado(a			Presidente):		
			Presidente			
A(o) Sr(a). Deputado(a	a):		Presidente	:		
Comissão de:				Em:		
A(o) Sr(a). Deputado(a	a):		Presidente);		
Comissão de:				Em:	/	
A(o) Sr(a). Deputado(a	a):		Presidente):		
			Presidente			
			N-1 202 - 4			
A(o) Sr(a). Deputado(a						
A(o) Sr(a). Deputado(a	3):		Presidente	10		

DCM 3.17.07.003-7 (NOV. / 99)

Comissão de:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

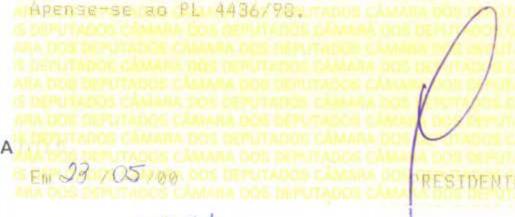
PROJETO DE LEI Nº 2.981, DE 2000 (DO SR. AIRTON CASCAVEL)

Concede benefícios fiscais aos deficientes físicos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.436, DE 1998)







PROJETO DE LEI Nº 298/, DE 2000 (Do Sr. Airton Cascavel)

Concede benefícios fiscais aos deficientes físicos.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1° Os contribuintes do Imposto de Renda com dependentes de qualquer condição, deficientes físicos, descontam em dobro o valor relativo a sua dependência legal.
- Art. 2° Quando a sua renda não alcançar o piso de contribuição, os descontos relativos a dependência legal, em dobro, serão devidos ao contribuinte.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

JUSTIFICATIVA

O desconto que faz jús o contribuinte para sustento de dependentes sadios, é absolutamente insuficiente para as despesas de



alimentação, vestuário, saúde e educação. Mas, quando se trata de uma pessoa deficiente, os responsáveis se desdobram para arcar com despesas frequentemente insuportáveis.

A Constituição assegura o amparo a essas pessoas, sem que até o presente, o executivo tenha regulamentado o assunto. Nosso projeto é uma tentativa de trazer o assunto a baila para que, de alguma forma, por meio do projeto ou por uma iniciativa paralela, possa haver um alívio nas despesas dos pais de deficientes físicos.

Sala das Sessões, em 10 de 19aio de 2000.

Deputado AIRTON CASCAVEI

PPS/RR

Lote: 77 Caixa: 215 PL Nº 2981/2000 4

PLENÁRIO - RECEBIDO
Fm 10 105 (00 às/10 34)
Nome De La Companio 3250